

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
SOBRE OS AUTORES.....	13

LIVRO I CONCEITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I – CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	47
1. A TRIPARTIÇÃO DE FUNÇÕES.....	47
1.1. O CONCEITO DE FUNÇÃO.....	47
1.2. A FUNÇÃO POLÍTICA OU DE GOVERNO.....	48
1.3. A FUNÇÃO DE CONTROLE.....	49
2. DEFINIÇÃO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	52
3. A EVOLUÇÃO CIENTÍFICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO	53
4. DIREITO ADMINISTRATIVO MODERNO	55
5. CONTEÚDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	57
CAPÍTULO II – FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	59
1. FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	59
1.1. CONCEITO DE “FONTES”	59
1.2. O PODER LEGISLATIVO	60
1.2.1. A lei.....	60
1.3. O PODER EXECUTIVO.....	64
1.3.1. Poder Regulamentar ou Competência Regulamentar	64
1.3.2. Espécies de Regulamentos no Sistema Jurídico	64
1.3.2.1. Regulamento de Execução.....	64
1.3.2.2. Regulamento Autônomo ou Independente	66

1.3.3.	Regulamento Delegado.....	66
1.3.3.1.	Limites do Regulamento Delegado.....	66
1.3.4.	Regulamento de Necessidade ou de Urgência.....	67
1.3.4.1.	Limites do Regulamento de Necessidade ou de Urgência.....	67
1.3.5.	Regulamento de Complementação.....	67
1.3.5.1.	Limites ao Regulamento de Complementação.....	67
1.3.6.	Espécies de Regulamento Existentes no Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	67
1.3.7.	Meio de Veiculação do Regulamento	69
1.3.8.	Autoridade Competente para Editar Regulamentos	69
1.3.9.	Controle de Constitucionalidade dos Regulamentos	69
1.3.10.	Outras Normas Editadas.....	69
1.4.	PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS	70
1.5.	O PODER JUDICIÁRIO	71
1.5.1.	A jurisprudência	72
1.6.	A SOCIEDADE	77
1.6.1.	A Sociedade Nacional.....	77
1.6.1.1.	O costume.....	77
1.6.1.2.	Espécies de costume	77
1.6.2.	A Sociedade Internacional	79
1.6.2.1.	As Normas Internacionais.....	79
1.7.	DOCTRINA	81
CAPÍTULO III – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....		83
1.	A HERMENÊUTICA	83
2.	A INTERPRETAÇÃO	83
3.	TÉCNICAS INTERPRETATIVAS	84
4.	EFEITOS PRODUZIDOS PELA INTERPRETAÇÃO	85
5.	DISPOSITIVOS DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB)	87

6. INTEGRAÇÃO	97
6.1. ANALOGIA	97
6.2. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	98
6.3. EQUIDADE	98
CAPÍTULO IV – REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	99
1. NORMAS, PRINCÍPIOS E REGRAS JURÍDICAS	99
2. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	101
3. PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE	103
4. PRINCÍPIO DA MORALIDADE	104
4.1. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	107
4.2. CONFLITO DE INTERESSES	109
5. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	111
6. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	116
7. OUTROS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ...	117
7.1. PRINCÍPIO DA IGUALDADE	117
7.2. PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO	119
7.2.1. Fundamento	119
7.2.2. Fim	119
7.2.3. Momento	119
7.2.4. Atos que devem ser motivados	120
7.2.5. Espécies de motivação	120
7.2.6. Requisitos da motivação	120
7.2.7. Consequências da falta de motivação	121
7.3. PRINCÍPIO DA FINALIDADE	121
7.4. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE	124
7.4.1. Campo de aplicação	125
7.4.2. Finalidade	125
7.4.3. Critério de aferição	125
7.5. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	126
7.6. PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA AMPLA DEFESA	128

7.7.	PRINCÍPIO DO CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	128
7.8.	PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS ADMINISTRATIVOS	128
7.9.	PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.....	129
7.10.	PRINCÍPIO DA CONFIANÇA LEGÍTIMA	131
7.10.1.	Pressupostos para a configuração da Confiança Legítima	131
7.10.2.	Conceito de Confiança Legítima	133
7.10.3.	Defraudação da confiança legítima	133
7.10.4.	Mudança repentina, brusca e intempestiva do ato estatal	134

LIVRO II

SUJEITOS DAS RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I – A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	139
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	139
2. ENTE	139
3. ÓRGÃO	141
3.1. ELEMENTOS DO ÓRGÃO	142
3.1.1. Competências públicas	142
3.2. CLASSIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS	143
3.2.1. Quanto à estrutura	143
3.2.2. Quanto às funções	144
3.3. RELAÇÕES ENTRE ÓRGÃOS	146
3.3.1. Relações de competências alternadas	146
3.3.1.1. Suplência ou substituição	146
3.3.1.2. Prorrogação de competência	147
3.3.1.3. Delegação de competência	147
3.3.1.4. Avocação de competência	147
3.3.1.5. Deferimento de competência	148
3.3.2. Relações de competências interdependentes	148
3.3.3. Relações de conflitos de competências	148

3.3.4.	Ordenação das relações entre os órgãos.....	149
3.3.4.1.	Relações de ordenação extrínseca	149
3.3.4.2.	Relações de ordenação intrínseca	149
4.	DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO	152
5.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA UNIÃO: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	153
5.1.	ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	153
5.2.	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	154
5.2.1.	Autarquias	154
5.2.1.1.	Conceito.....	154
5.2.1.2.	Regime jurídico	156
5.2.2.	Agência reguladora	161
5.2.2.1.	Características das agências reguladoras	167
5.2.2.2.	Controle das agências reguladoras	169
5.2.3.	Agências executivas	169
5.3.	FUNDAÇÕES PÚBLICAS.....	170
5.3.1.	Natureza das fundações públicas	171
5.3.2.	Objeto social	173
5.3.3.	Regime jurídico	173
5.3.3.1.	Regime jurídico das fundações de direito privado	174
5.4.	CONSÓRCIO PÚBLICO.....	175
5.5.	EMPRESAS ESTATAIS	177
5.5.1.	Empresa pública	177
5.5.2.	Sociedade de economia mista	178
5.5.3.	As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista.....	179
5.5.4.	Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: consequências	180
5.5.5.	Critério para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado.....	181
5.5.6.	Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista ...	181
5.5.7.	A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de direito privado.....	182

5.5.8.	O regime jurídico das empresas estatais	182
5.5.9.	Aspectos relevantes da Lei 13.303, de 2016	186
5.5.9.1.	Da função social da empresa pública e da sociedade de economia mista	187
5.5.9.2.	Do regime societário da empresa pública e da sociedade de economia mista	188
5.5.9.3.	Disposições aplicáveis às empresas públicas e às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da união ou seja de prestação de serviços públicos	196
CAPÍTULO II – AGENTES PÚBLICOS		211
1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	211
2.	AGENTES PÚBLICOS	211
3.	AGENTES POLÍTICOS	211
4.	OS MEMBROS DE PODER	212
5.	SERVIDORES ESTATAIS	212
5.1.	SERVIDOR PÚBLICO	213
5.2.	SERVIDORES DAS PESSOAS GOVERNAMENTAIS DE DIREITO PRIVADO (EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA).....	214
5.3.	PARTICULARES EM COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO	214
6.	CARGOS	216
6.1.	CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS	216
6.2.	CRIAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS	217
6.3.	PROVIMENTO DE CARGOS	218
6.3.1.	Forma do provimento.....	219
6.3.2.	Espécies de provimento.....	219
6.3.2.1.	Provimento inicial, autônomo ou originário.....	219
6.3.2.2.	Provimientos derivados.....	220

7. EMPREGOS PÚBLICOS	221
7.1. A DISTINÇÃO ENTRE CARGOS E EMPREGOS	222
8. FUNÇÃO PÚBLICA	223
9. DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS DOS AGENTES PÚBLICOS	223
9.1. NORMAS DE CONTENÇÃO DE DESPESAS COM OS SERVIDORES ESTATAIS	224
9.1.1. Limite global de despesas com pessoal.....	224
9.1.2. Previsão orçamentária e autorização orçamentária.....	224
9.1.3. Proibição de transferência de recursos e concessão de empréstimos para pagamento de despesas com pessoal	224
9.2. NORMAS RELATIVAS À REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES	224
9.2.1. Criação de remuneração por subsídio	224
9.2.2. Limite de remuneração	225
9.2.3. Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário (art. 37, XII, da CF).....	226
9.2.4. Proibição de vinculação de vencimentos (art. 37, XIII, da CF).....	226
9.2.5. Cálculo de acréscimos pecuniários (art. 37, XIV, da CF).....	227
9.2.6. Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração de servidores públicos (art. 37, X, da CF)	227
9.2.7. Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração (art. 37, X, da CF).....	227
9.2.8. Irredutibilidade de vencimentos (arts. 37, XV, e 7º, VI, da CF)	227
9.3. NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES ESTATAIS (TITULARES DE CARGOS OU EMPREGADOS).....	228
9.3.1. Princípio da ampla acessibilidade aos cargos e empregos.....	228
9.3.2. Princípio da acessibilidade por concurso público.....	228
9.3.3. Aproveitamento	233
9.3.4. Direito de greve e de sindicalização.....	234
9.3.5. Proibição de acumulação remunerada	236
9.4. NORMAS ESPECÍFICAS DO REGIME CONSTITUCIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGOS	236
9.4.1. Estabilidade	236
9.4.1.1. Conceito (positivo).....	236

9.4.1.2.	Conceito (negativo).....	237
9.4.1.3.	Servidores vitalícios.....	238
9.4.2.	A disponibilidade. Conceito.....	238
9.4.3.	Direitos e vantagens dos servidores estatutários.....	239
9.4.3.1.	De ordem pecuniária.....	239
9.4.3.2.	Direitos de ausência ao serviço.....	242
9.4.3.3.	Benefícios previdenciários.....	245
9.4.4.	Deveres e responsabilidade dos servidores públicos estatutários ...	246
9.4.4.1.	Deveres.....	246
9.4.4.2.	Responsabilidades. Imposição de sanções por conduta faltosa.....	247

CAPÍTULO III – PARTICULARES EM COLABORAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA..... 251

1.	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	251
1.1.	INTRODUÇÃO.....	251
1.2.	DOS REQUISITOS QUE DEVEM SER PREENCHIDOS PELA PESSOA JURÍDICA PRIVADA.....	253
1.3.	EFEITOS JURÍDICOS DA QUALIDADE DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	258
1.4.	DO REGIME JURÍDICO DO CONTRATO DE GESTÃO.....	260
1.4.1.	Pressupostos e elementos do contrato de gestão.....	261
1.4.2.	Da execução e fiscalização do contrato de gestão.....	263
1.4.3.	A extinção do contrato.....	267
1.5.	A DESQUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL... ..	267
2.	SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO.....	278
2.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	278
2.2.	ENTIDADES QUE PODEM SE QUALIFICAR COMO OSCIPS.....	279
2.3.	ENTIDADES QUE NÃO PODEM SE QUALIFICAR COMO OSCIPS.....	279
2.4.	DO ESTATUTO DAS OSCIPS.....	279
2.5.	DO PEDIDO DE QUALIFICAÇÃO COMO OSCIP.....	281
2.6.	DA PERDA DA QUALIFICAÇÃO (ARTS. 7º E 8º).....	282
2.7.	DO TERMO DE PARCERIA.....	283

3. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E O REGIME JURÍDICO PREVISTO NA LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.....	284
3.1. ÂMBITO DE APLICAÇÃO	284
3.2. FUNDAMENTOS DO REGIME GERAL	286
3.3. PRINCÍPIOS JURÍDICOS	287
3.4. ESPÉCIES DE PARCERIAS VOLUNTÁRIAS.....	287
3.5. O TERMO DE FOMENTO.....	288
3.6. O TERMO DE COLABORAÇÃO	289
3.7. DO CHAMAMENTO PÚBLICO.....	289
3.8. DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO E DO TERMO DE FOMENTO	291
3.9. FORMALIZAÇÃO.....	292
3.10. DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS	293
3.11. DAS OBRIGAÇÕES DO GESTOR.....	293
3.12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	294
3.13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À ENTIDADE.....	295
4. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS.....	296

LIVRO III

MODOS DE FORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I – PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	303
1. TERMINOLOGIA	303
2. DIFERENCIAÇÃO ENTRE PROCESSO ADMINISTRATIVO E ATO COMPLEXO	303
3. CONCEITO DE “PROCESSO ADMINISTRATIVO”	303
4. CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	304
5. OBJETIVOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	305
6. OBRIGATORIEDADE DA ADOÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO FORMALIZADO.....	306
7. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	306
INTRODUÇÃO	306

7.1.	PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL	307
7.2.	PRINCÍPIO DA AUDIÊNCIA DO INTERESSADO	308
7.3.	PRINCÍPIO DA ACESSIBILIDADE AOS ELEMENTOS DO EXPEDIENTE	308
7.4.	PRINCÍPIO DA AMPLA INSTRUÇÃO PROBATÓRIA.....	308
7.5.	PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO	308
7.6.	PRINCÍPIO DA REVISIBILIDADE	309
7.7.	PRINCÍPIO DE SER REPRESENTADO E ASSISTIDO.....	309
7.8.	PRINCÍPIO DA LEALDADE E BOA-FÉ.....	310
7.9.	PRINCÍPIO DA VERDADE MATERIAL	311
7.10.	PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE	311
7.11.	PRINCÍPIO DA GRATUIDADE.....	311
7.12.	PRINCÍPIO DO INFORMALISMO	312
7.13.	PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE	312
7.14.	PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	312
8.	FASES DO PROCESSO	314
8.1.	FASE PROPULSORA OU DE INICIATIVA.....	314
8.2.	FASE INSTRUTÓRIA.....	314
8.3.	FASE DISPOSITIVA.....	314
8.4.	FASE CONTROLADORA OU INTEGRATIVA.....	315
8.5.	FASE DE COMUNICAÇÃO	315
9.	ESPÉCIES DE PROCESSO	315
9.1.	PROCESSOS INTERNOS	315
9.2.	PROCESSOS EXTERNOS	315
9.3.	PROCESSOS RESTRITIVOS OU ABLATÓRIOS.....	315
9.4.	PROCESSOS AMPLIATIVOS	315
CAPÍTULO II – ATOS ADMINISTRATIVOS.....		317
1.	ATOS DA ADMINISTRAÇÃO.....	317
2.	ATO ADMINISTRATIVO	318
2.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	318
2.2.	CONCEITO	318
2.3.	CARACTERÍSTICAS.....	319

2.4.	PLANOS DE ANÁLISE DO ATO ADMINISTRATIVO.....	320
2.5.	REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO	322
2.5.1.	Requisitos externos	322
2.5.1.1.	Sujeito	322
2.5.1.2.	Objeto.....	323
2.5.1.3.	Pertinência à função administrativa.....	323
2.5.1.4.	Motivo.....	323
2.5.1.5.	Finalidade	327
2.5.2.	Requisitos internos.....	328
2.5.2.1.	Conteúdo	328
2.5.2.2.	Forma	328
2.5.2.3.	Formalização.....	329
2.5.2.4.	Causa	329
2.6.	ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	330
2.6.1.	Presunção de legitimidade	330
2.6.2.	Presunção de veracidade	331
2.6.3.	Imperatividade	332
2.6.4.	Exigibilidade	332
2.6.5.	Autoexecutoriedade.....	332
2.6.6.	A tipicidade	335
2.7.	CLASSIFICAÇÕES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	335
2.7.1.	Quanto à natureza da atividade	335
2.7.2.	Quanto à estrutura do ato.....	335
2.7.3.	Quanto aos destinatários do ato	336
2.7.4.	Quanto aos efeitos do ato	336
2.7.5.	Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados ...	336
2.7.6.	Quanto à situação de terceiros	336
2.7.7.	Quanto à composição da vontade produtora do ato	337
2.7.8.	Quanto à natureza das situações jurídicas que cria.....	338
2.7.9.	Quanto à posição jurídica da Administração	338
2.7.10.	Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática.....	339
2.7.11.	Quanto à função da vontade	340

2.8.	ATOS ADMINISTRATIVOS <i>IN SPECIE</i>	341
2.8.1.	Em função do conteúdo	341
2.8.1.1.	Admissão.....	341
2.8.1.2.	Concessão.....	341
2.8.1.3.	Permissão	342
2.8.1.4.	Autorização.....	342
2.8.1.5.	Aprovação.....	343
2.8.1.6.	Dispensa	343
2.8.1.7.	Ordem.....	344
2.8.1.8.	Renúncia	345
2.8.1.9.	Licença.....	345
2.8.1.10.	Homologação.....	345
2.8.1.11.	Recusa.....	346
2.8.1.12.	Decisão	346
2.8.1.13.	Habilitação.....	346
2.8.1.14.	Visto.....	347
2.8.2.	Formas de manifestação dos atos.....	347
2.8.2.1.	Decreto	347
2.8.2.2.	Portaria.....	347
2.8.2.3.	Alvará.....	347
2.8.2.4.	Instrução	348
2.8.2.5.	Circular	348
2.8.2.6.	Ordem de serviço.....	348
2.8.2.7.	Resolução.....	348
2.8.2.8.	Parecer	348
2.8.2.9.	Ofício.....	349
2.9.	O SILÊNCIO NO DIREITO ADMINISTRATIVO	349
2.10.	EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	350
2.10.1.	Revogação	351
2.10.1.1.	Conceito.....	351
2.10.1.2.	Sujeito da revogação	352

2.10.1.3. Objeto da revogação	352
2.10.1.4. Fundamento da revogação.....	352
2.10.1.5. Motivos da revogação.....	352
2.10.1.6. Efeitos da revogação	353
2.10.1.7. Natureza do ato revogador	353
2.10.1.8. Limites ao poder de revogar	353
2.10.1.9. Revogação e indenização	354
2.10.2. Invalidez dos atos administrativos	354
2.10.2.1. Conceito.....	354
2.10.2.2. Sujeitos ativos.....	355
2.10.2.3. Objeto da invalidação	355
2.10.2.4. Fundamento da invalidação.....	355
2.10.2.5. Motivo da invalidação	355
2.10.2.6. Efeitos da invalidação	356
2.10.3. Classificação da invalidade	356
2.10.3.1. Atos irregulares.....	356
2.10.3.2. Atos anuláveis	356
2.10.3.3. Atos nulos	358
2.10.3.4. Atos inexistentes	359
2.10.3.5. Decaimento.....	359
CAPÍTULO III – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO	361
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	361
2. OBJETIVOS DA LICITAÇÃO.....	361
3. NATUREZA JURÍDICA DA LICITAÇÃO.....	362
4. CONCEITO	362
5. ATOS QUE DEMANDAM LICITAÇÃO	364
6. PERFIL CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL DA LICITAÇÃO	364
7. COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE LICITAÇÃO	364

8. OS PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO	365
8.1. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	366
8.2. O PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE	366
8.3. O PRINCÍPIO DA MORALIDADE	366
8.4. O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	367
8.5. O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	367
8.6. O PRINCÍPIO DO INTERESSE PÚBLICO	367
8.7. O PRINCÍPIO DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA	368
8.8. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE	368
8.9. O PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO	368
8.10. O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA	368
8.11. O PRINCÍPIO DA EFICÁCIA	368
8.12. O PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	369
8.13. O PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO	369
8.14. O PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO... ..	370
8.15. O PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO	370
8.16. O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA	370
8.17. O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE	371
8.18. O PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE	372
8.19. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE	372
8.20. O PRINCÍPIO DA CELERIDADE	373
8.21. O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE	373
8.22. O PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL	373
8.23. O PRINCÍPIO DA ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA AO VENCEDOR	374
9. OBRIGADOS A LICITAR	374
10. OBRIGATORIEDADE DE LICITAÇÃO	374
11. A DISPENSA E A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: A CONTRATAÇÃO DIRETA	375
11.1. CASOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO	375
11.2. CASOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	377
11.3. DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA	379
12. MODALIDADES DA LICITAÇÃO	379

12.1. O PREGÃO	379
12.2. CONCORRÊNCIA	380
12.3. DIÁLOGO COMPETITIVO	381
12.3.1. A inspiração europeia	381
12.3.2. Hipóteses de cabimento	382
12.3.3. As diferenças entre o Diálogo Competitivo e o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI.....	384
12.3.4. O Procedimento do Diálogo Competitivo.....	385
12.3.5. Diálogo competitivo: desafios e perspectivas.....	386
12.4. CONCURSO	388
12.5. LEILÃO.....	388
13. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	389
13.1. A FASE INTERNA DA LICITAÇÃO	389
13.1.1. Vedações nas licitações.....	393
13.1.2. Dos Agentes Públicos.....	394
13.2. A FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO	397
13.2.1. Fase externa da licitação na modalidade concorrência	397
13.2.1.1. Edital	397
13.2.1.2. Habilitação.....	401
13.2.1.3. Julgamento ou classificação.....	406
13.2.1.4. Do Encerramento da Licitação	411
14. DESISTÊNCIA DA LICITAÇÃO	415
15. RECURSOS ADMINISTRATIVOS PARA REEXAME INTERNO DA LICITAÇÃO ...	415
15.1. DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES	417
15.1.1. Credenciamento	417
15.1.2. Pré-Qualificação.....	418
15.1.3. Procedimento de Manifestação de Interesse	418
15.1.4. Do Sistema de Registro de Preços.....	419
15.1.5. Registro cadastral	420
16. LEIS ESPECIAIS DE LICITAÇÃO	421
16.1. LICITAÇÃO EM PUBLICIDADE	421
16.1.1. Objeto	421

16.1.2. Do procedimento licitatório	423
16.1.2.1. Das comissões	423
16.1.2.2. Da fase externa	424
CAPÍTULO IV – NEGÓCIOS JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS	429
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	429
2. CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO	430
3. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	430
3.1. CONCEITO	430
3.2. CLÁUSULAS CONTRATUAIS NECESSÁRIAS	431
3.3. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS	432
3.4. PUBLICIDADE	432
3.5. PRAZOS	433
3.5.1. Prazo para assinatura do contrato	433
3.5.2. Prazo de vigência contratual	433
3.5.3. Prazo de recebimento do objeto	435
3.6. PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	435
3.6.1. Natureza desses poderes	435
3.6.2. A alteração unilateral	436
3.6.2.1. Natureza jurídica	437
3.6.2.2. Objeto	438
3.6.2.3. Pressupostos habilitantes do exercício de modificação unilateral do contrato administrativo	438
3.6.3. A rescisão unilateral	440
3.6.4. Restrições ao uso da <i>exceptio non adimplecti contractus</i>	441
3.6.5. Fiscalização	441
3.6.6. Aplicação de penalidades	442
3.7. DIREITOS DO CONTRATADO	444
3.7.1. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro	444
3.7.1.1. Alterações unilaterais	444
3.7.1.2. Fato do príncipe	445

3.7.1.3.	Fato da Administração	446
3.7.1.4.	Teoria da imprevisão.....	446
3.7.1.5.	Interferências imprevistas.....	448
3.7.2.	Direito ao reajuste de preços.....	449
3.7.3.	Direito à atualização monetária	449
3.8.	EXTINÇÃO DO CONTRATO	449
3.8.1.	Extinção normal do contrato	449
3.8.2.	Extinção anormal do contrato.....	450
3.8.2.1.	Extinção anormal do contrato por iniciativa da Administração por fato atribuído ao particular	450
3.8.2.2.	Extinção anormal do contrato provocada pela Administração por fato estranho ao particular, relacionado à preservação do interesse público	452
3.8.2.3.	Extinção anormal do contrato provocada pelo particular por fato imputável à Administração.....	453
3.8.2.4.	Extinção anormal do contrato provocada por fato alheio tanto à Administração como ao particular, provocada por caso fortuito ou de força maior	453
3.8.2.5.	Extinção do contrato por ilegalidade.....	454

LIVRO IV

RELAÇÕES JURÍDICO-ADMINISTRATIVAS ESPECÍFICAS

TÍTULO I

RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE ORDENAÇÃO

INTRODUÇÃO	459
CAPÍTULO I – PODER DE POLÍCIA: LIMITAÇÕES À LIBERDADE E À PROPRIEDADE.....	463
1. INTRODUÇÃO	463
2. DEFINIÇÃO DE “POLÍCIA ADMINISTRATIVA”	464
3. FUNDAMENTO DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA.....	465
4. ESSÊNCIA DO PODER DE POLÍCIA	465
5. CARACTERÍSTICAS DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA.....	465

6. POLÍCIA ADMINISTRATIVA E POLÍCIA JUDICIÁRIA	465
7. ATOS QUE EXPRESSAM A POLÍCIA ADMINISTRATIVA	466
8. DISCRICIONARIEDADE DO PODER DE POLÍCIA	467
9. DELEGAÇÃO DE ATOS DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA	467
10. EXECUTORIEDADE DAS MEDIDAS DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA.....	469
11. CABIMENTO DAS PROVIDÊNCIAS AUTOEXECUTÓRIAS	469
12. POLÍCIA ADMINISTRATIVA E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE CONTRA ABUSOS DA ADMINISTRAÇÃO	469
13. SETORES DA POLÍCIA ADMINISTRATIVA.....	470
14. COMPETÊNCIA DA ATIVIDADE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA	470
CAPÍTULO II – REGULAÇÃO.....	471
1. DEFINIÇÃO.....	471
2. ANTECEDENTES	472
3. OBJETO DA FUNÇÃO REGULATÓRIA	476
CAPÍTULO III – FUNCIONALIZAÇÃO.....	481
1. DEFINIÇÃO.....	481
2. CONSEQUÊNCIAS	481
TÍTULO II	
RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE PROMOÇÃO	
CAPÍTULO I – SERVIÇO PÚBLICO.....	483
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	483
2. SERVIÇO PÚBLICO À LA FRANÇAISE	484
2.1. A ESCOLA DO SERVIÇO PÚBLICO.....	484
2.1.1. O pensamento de León Duguit.....	484
2.1.1.1. A concepção teórica do Estado e do serviço público na visão de Duguit	485

2.1.2.	O pensamento de Gaston Jèze	488
2.2.	A JURISPRUDÊNCIA FRANCESA.....	489
2.3.	A CONCEPÇÃO HODIERNA DO SERVIÇO PÚBLICO À LA FRANÇAISE.....	492
3.	CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO	495
3.1.	PANORAMA GERAL DAS CONCEPÇÕES DOUTRINÁRIAS DO SERVIÇO PÚBLICO NO DIREITO BRASILEIRO	495
3.1.1.	Conceito de serviço público adotado	497
3.1.2.	Elemento Subjetivo	497
3.1.3.	Elemento objetivo	499
3.1.4.	Requisito Teleológico	507
3.1.5.	Elemento Formal	508
4.	PRINCÍPIOS DO SERVIÇO PÚBLICO	510
4.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	510
4.2.	PRINCÍPIO DA GENERALIDADE OU UNIVERSALIDADE	512
4.3.	PRINCÍPIO DA MODICIDADE	512
4.4.	PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE.....	514
4.5.	PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA	517
4.6.	PRINCÍPIO DA ADAPTABILIDADE, MUTABILIDADE OU ATUALIDADE	518
4.7.	PRINCÍPIO DA CORTESIA.....	518
4.8.	PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	519
4.9.	PRINCÍPIO DA REGULARIDADE.....	520
5.	OS SERVIÇOS PÚBLICOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988	522
6.	A LEI 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	527
7.	DO USUÁRIO	528
CAPÍTULO II – INFRAESTRUTURA		533
1.	INTRODUÇÃO	533
1.1.	BREVE HISTÓRICO	534
1.2.	ESTADO, DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA	537
2.	INSUFICIÊNCIA DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	539
3.	CONCEITO	540

3.1. ELEMENTO SUBJETIVO.....	542
3.2. ELEMENTO OBJETIVO	543
3.2.1. Infraestrutura e bem público (obra pública)	544
3.2.2. Infraestrutura e serviço público	547
3.3. ELEMENTO TELEOLÓGICO	549
3.4. ELEMENTO FORMAL	550
4. DELEGAÇÃO DA ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURA.....	551
5. PRINCÍPIOS DA ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURA.....	552
5.1. PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE DA ATIVIDADE DE INFRAESTRUTURA.....	552
5.2. PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE E PRINCÍPIO DA INESPECIFICIDADE....	553
5.3. PRINCÍPIO DA INTERGERACIONALIDADE	553
5.4. PRINCÍPIO DA PROSPECTIVIDADE	554
5.5. PRINCÍPIO DA MULTILATERALIDADE	554
5.6. PRINCÍPIO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	554
5.7. PRINCÍPIO DA SETORIALIDADE.....	555
5.8. PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE	555
5.9. PRINCÍPIO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	556
CAPÍTULO III – CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	557
INTRODUÇÃO	557
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO REGIME CONCESSÓRIO (COMUM, ADMINISTRATIVA E PATROCINADA).....	557
1. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	565
1.1. CONCEITO	565
1.2. PERFIL CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL	569
1.3. NATUREZA JURÍDICA.....	570
1.4. FORMA E CONDIÇÕES DA OUTORGA DO SERVIÇO EM CONCESSÃO ...	572
1.5. LICITAÇÃO DAS CONCESSÕES	572
1.6. CONTRATO DE CONCESSÃO	578
1.7. PRINCIPAIS DIREITOS E DEVERES DAS PARTES.....	580

1.7.1.	Direitos e deveres do poder concedente.....	580
1.7.2.	Direitos e deveres do concessionário	583
1.7.2.1.	Dos deveres do concessionário.....	583
1.7.2.2.	Dos direitos do concessionário	583
1.8.	FORMAS DE EXTINÇÃO DA CONCESSÃO E SEUS EFEITOS JURÍDICOS.....	585
1.8.1.	Causas de extinção da concessão.....	586
1.8.1.1.	Advento do termo contratual	586
1.8.1.2.	Encampação.....	586
1.8.1.3.	Caducidade	587
1.8.1.4.	Rescisão	588
1.8.1.5.	Anulação.....	588
1.8.1.6.	Falência.....	589
1.8.2.	Efeitos jurídicos da extinção da concessão	589
1.8.2.1.	Reversão	589
2.	PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	590
2.1.	DEFINIÇÃO.....	590
2.2.	DIRETRIZES.....	590
2.3.	ESPÉCIES	591
2.4.	DA LICITAÇÃO.....	591
2.5.	DOS CONTRATOS DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA.....	592
2.6.	CONTRAPRESTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....	593
2.6.1.	Prestação pecuniária.....	593
2.6.2.	A cessão de créditos não tributários	594
2.6.3.	A outorga de direitos em face da Administração Pública.....	595
2.6.4.	A outorga de direitos sobre bens públicos dominicais	595
2.7.	GARANTIAS.....	595
2.8.	GESTÃO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA.....	595
2.9.	GARANTIAS AO FINANCIADOR	596
3.	PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	596
4.	AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	600

5. CONCESSÃO DE INFRAESTRUTURA.....	601
5.1. CONCESSÃO COMUM DE INFRAESTRUTURA (ANTIGA CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA)	601
5.2. CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DE INFRAESTRUTURA.....	603
5.3. CONCESSÃO PATROCINADA DE INFRAESTRUTURA.....	604
CAPÍTULO IV – INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO SOCIAL.....	607
1. PANORAMA	607
2. CONFIGURAÇÃO DE DIREITOS SUBJETIVOS SOCIAIS	609
3. CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	611
3.1. O CONCEITO DE “POLÍTICA PÚBLICA”	612
3.2. POSSIBILIDADE DE CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO PODER JUDICIÁRIO.....	612
CAPÍTULO V – FOMENTO.....	617
1. CONCEITO DE “FOMENTO”.....	617
2. FUNDAMENTO DO FOMENTO	617
3. CARACTERÍSTICAS DO FOMENTO.....	618
4. ESPÉCIES DE FOMENTO.....	618
5. REGIME JURÍDICO DA ATIVIDADE DE FOMENTO	620
6. INSTRUMENTOS JURÍDICOS DA ATIVIDADE DE FOMENTO.....	621
6.1. SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS	621
6.2. DA OUTORGA DE TÍTULOS.....	623
TÍTULO III	
RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS GRAVOSAS	
CAPÍTULO I – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	625
1. INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	625
1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	625
1.2. CONCEITO DE “INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA”.....	625
1.3. PRESSUPOSTOS.....	626

1.4.	FINALIDADE	628
1.5.	SUJEITO INFRATOR E RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIO	628
1.5.1.	O menor	628
1.5.2.	A pessoa jurídica de direito público	628
1.5.3.	Desconsideração da pessoa do infrator	629
1.5.4.	Responsável	629
1.6.	EXCLUDENTES DA INFRAÇÃO	629
1.7.	PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	629
1.7.1.	Princípio da legalidade	630
1.7.2.	Princípio da tipicidade	630
1.7.3.	Princípio da anterioridade.....	631
1.7.4.	Princípio da irretroatividade.....	631
1.7.5.	Princípio da processualidade	632
1.7.6.	Princípio do devido processo legal.....	632
2.	SANÇÃO ADMINISTRATIVA	632
2.1.	CONCEITO	632
2.2.	FINALIDADE	633
2.3.	SUJEITO	634
2.4.	EXCLUDENTES DA SANÇÃO	634
2.5.	PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À SANÇÃO ADMINISTRATIVA	634
2.6.	SANÇÃO E PROVIDÊNCIAS CAUTELARES.....	635
2.7.	ESPÉCIES DE SANÇÕES.....	637
2.8.	EXTINÇÃO DAS SANÇÕES	638
CAPÍTULO II – INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		639
1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	639
2.	SENTIDO DA EXPRESSÃO “ORDEM ECONÔMICA”	640
3.	NOÇÃO DE “ATIVIDADE ECONÔMICA”	642
4.	PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA	644
4.1.	VALORIZAÇÃO DO TRABALHO.....	644
4.2.	LIVRE-INICIATIVA	645
4.2.1.	Declaração de Direitos de Liberdade Econômica	647

4.3.	SOBERANIA NACIONAL.....	649
4.4.	PROPRIEDADE PRIVADA.....	649
4.4.1.	Função social da propriedade	649
4.5.	DEFESA DO CONSUMIDOR	650
4.6.	DEFESA DO MEIO AMBIENTE	655
4.7.	LIVRE CONCORRÊNCIA.....	655
4.7.1.	Infrações à ordem econômica	656
4.7.1.1.	Classificação das Infrações	656
CAPÍTULO III – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....		667
1.	INTRODUÇÃO	667
2.	DESAPROPRIAÇÃO.....	671
2.1.	CONCEITO	671
2.2.	FUNDAMENTOS.....	671
2.3.	A NATUREZA JURÍDICA DO INSTITUTO DA DESAPROPRIAÇÃO.....	672
2.4.	AS DIVERSAS ESPÉCIES DE DESAPROPRIAÇÃO	673
2.5.	PRESSUPOSTOS.....	674
2.6.	A COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE DESAPROPRIAÇÃO	675
2.7.	A COMPETÊNCIA PARA DESAPROPRIAR.....	675
2.8.	A COMPETÊNCIA PARA PROMOVER A DESAPROPRIAÇÃO	675
2.9.	A ORDEM DE PREFERÊNCIA NA DESAPROPRIAÇÃO.....	676
2.10.	O OBJETO DA DESAPROPRIAÇÃO	677
2.11.	BENEFICIÁRIOS DA DESAPROPRIAÇÃO	678
2.11.1.	Espécies de desapropriações que podem beneficiar terceiros	678
2.12.	AS FASES DO PROCEDIMENTO EXPROPRIATÓRIO	680
2.12.1.	Fase declaratória. A expedição de declaração de utilidade pública ou interesse social.....	680
2.12.1.1.	Conteúdo da declaração de utilidade pública	681
2.12.1.2.	Os efeitos da declaração de utilidade pública	681
2.12.1.3.	Controle judicial da declaração de utilidade pública ou interesse social	683
2.12.2.	Segunda fase do procedimento expropriatório: fase executória.....	683
2.12.2.1.	Fase executória administrativa	683
2.12.2.2.	Fase executória judicial. Ação de desapropriação	684

2.13. A IMISSÃO PROVISÓRIA DE POSSE	685
2.13.1. Conceito	685
2.13.2. Pressuposto.....	686
2.14. AJUSTA INDENIZAÇÃO. JUROS. CORREÇÃO MONETÁRIA. OUTRAS DES- PESAS. HONORÁRIOS DE ADVOGADO	687
2.14.1. Conceito de “justa indenização”	687
2.14.2. A correção monetária.....	688
2.14.3. Juros moratórios	688
2.14.4. Juros compensatórios	689
2.14.5. A cumulação de juros compensatórios e moratórios.....	690
2.14.6. Danos emergentes e honorários advocatícios	690
2.15. O MOMENTO EM QUE SE CONSUMA A DESAPROPRIAÇÃO	691
2.16. O DESTINO DO BEM DESAPROPRIADO	691
2.16.1. Retrocessão.....	692
2.16.1.1. Natureza jurídica.....	692
2.16.1.2. Compostura do direito de preferência do expropriado	693
2.16.1.3. Prazo prescricional	694
2.17. A DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	695
3. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	695
3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	695
3.2. CONCEITO	695
3.3. A NATUREZA JURÍDICA	696
3.4. PRESSUPOSTOS.....	696
3.5. CONSTITUIÇÃO	696
3.6. EFEITOS	697
3.7. INDENIZAÇÃO	697
3.8. EXTINÇÃO	698
4. REQUISICÃO ADMINISTRATIVA.....	698
4.1. HISTÓRICO	698
4.2. CONCEITO	698
4.3. ESPÉCIES	699
4.4. CARACTERÍSTICAS.....	699

5. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA.....	700
5.1. CONCEITO	700
5.2. CONTEÚDO.....	700
6. TOMBAMENTO	700
6.1. CONCEITO	700
6.2. A NATUREZA JURÍDICA	701
6.3. OBJETO.....	701
6.4. ESPÉCIES.....	701
6.5. PROCEDIMENTO.....	701
6.6. EFEITOS	702

TÍTULO IV

RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS PATRIMONIAIS

CAPÍTULO I – REGIME JURÍDICO DO DOMÍNIO PÚBLICO.....	703
1. CONCEITO DE “BENS”	703
2. DOMÍNIO PÚBLICO	703
2.1. REGIME JURÍDICO DO DOMÍNIO PÚBLICO	705
3. BENS PÚBLICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	706
4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS	706
4.1. BENS DE USO COMUM	710
4.2. BENS DE USO ESPECIAL	712
4.3. BENS DOMINICAIS.....	713
5. REGIME JURÍDICO DOS BENS PÚBLICOS	715
5.1. REGIME JURÍDICO DOS BENS DE USO COMUM DO POVO E DOS BENS DE USO ESPECIAL	716
5.1.1. Inalienabilidade.....	716
5.1.2. Imprescritibilidade	717
5.1.3. Impenhorabilidade	720
5.1.4. Impossibilidade de oneração.....	720
5.2. REGIME JURÍDICO DOS BENS DOMINICAIS	720

CAPÍTULO II – FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS PELOS ADMINISTRADOS	725
1. FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS PELOS ADMINISTRADOS.....	725
1.1. UTILIZAÇÃO DOS BENS DE USO COMUM	725
1.2. UTILIZAÇÃO DOS BENS DE USO ESPECIAL	726
1.3. UTILIZAÇÃO DOS BENS DOMINICAIS.....	726
1.3.1. Locação	726
1.3.2. Concessão de direito real de uso	727
1.3.3. Concessão de uso	728
1.3.4. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	728
1.3.5. Autorização de uso	729
1.3.5.1. Autorização de uso de área pública para fins comerciais.....	729
1.3.6. Permissão de uso.....	729
1.3.7. Cessão	730
1.3.8. Enfiteuse	731
1.3.8.1. O aforamento ou enfiteuse de bens públicos.....	732
1.3.9. Alienação	733
1.3.9.1. Venda.....	734
1.3.9.2. Doação	734
1.3.9.3. Permuta	734
1.3.9.4. Dação em pagamento.....	734

TTÍTULO V

RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE CONTROLE

CAPÍTULO I – O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	737
1. CONCEITO DE “CONTROLE”	737
2. CLASSIFICAÇÃO DO CONTROLE	738
3. CONTROLE ADMINISTRATIVO	738
4. CONTROLE EXTERNO.....	743
4.1. O CONTROLE LEGISLATIVO	743

5. NATUREZA JURÍDICA DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	754
6. LIMITES À REVISÃO JUDICIAL DAS DECISÕES SOBRE TOMADA DE CONTAS.....	758
7. EFEITOS DAS DECISÕES DE TOMADAS DE CONTAS E COMUNICABILIDADE DE INSTÂNCIAS.....	759
8. CONCLUSÃO.....	760
8.1. O CONTROLE JUDICIAL	761

TÍTULO VI

RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS DE RESPONSABILIZAÇÃO

CAPÍTULO I – RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS.....	763
1. TEORIA GERAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL	763
2. CONCEITO DE “RESPONSABILIDADE CIVIL”	765
3. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	765
3.1. FATO ANTIJURÍDICO.....	765
3.2. NEXO DE IMPUTAÇÃO.....	765
3.2.1. A atuação culposa.....	766
3.2.1.1. Dolo.....	766
3.2.1.2. Culpa	766
3.3. DO ATO ILÍCITO.....	767
3.3.1. Atos não considerados ilícitos	768
3.4. IMPUTAÇÃO PELO RISCO	768
3.5. DANO.....	769
3.5.1. Dano moral.....	770
3.6. NEXO DE CAUSALIDADE	771
3.6.1. Prova do nexo de causalidade.....	771
3.6.2. Fatos excludentes da causalidade.....	771
3.6.2.1. Fato do lesado, fato da vítima	772
3.6.2.2. Fato de terceiro.....	772
3.6.2.3. Caso fortuito ou força maior	772

4. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	772
4.1. INTRODUÇÃO	772
4.2. EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE POR ATOS ADMINISTRATIVOS	772
4.3. FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	774
4.4. SUJEITOS QUE COMPROMETEM O ESTADO	774
4.5. CARACTERES DA CONDUITA LESIVA ENSEJADORA DE RESPONSABILIDADE	775
4.6. DANO INDENIZÁVEL	776
4.7. EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO	776
4.8. DIREITO DE REGRESSO	777
4.9. RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANOS DECORRENTES DE LEIS E REGULAMENTOS	778
4.10. RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS JURISDICIONAIS	779

TTÍTULO VII

RELAÇÕES JURÍDICAS ADMINISTRATIVAS EXTINTIVAS

CAPÍTULO I – DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	783
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	783
2. DA PRESCRIÇÃO	784
2.1. CONCEITO	784
2.2. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS OU INTERRUPTIVAS	785
2.3. REGRAS APLICÁVEIS À PRESCRIÇÃO	786
2.4. PRAZOS PRESCRICIONAIS	786
3. DA DECADÊNCIA	786
3.1. PRAZOS DE DECADÊNCIA	787
4. PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E PRECLUSÃO	787
5. PRESCRIÇÃO EM OUTROS RAMOS DO DIREITO	787
6. PRESCRIÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO	787
6.1. PRAZOS EXTINTIVOS DA PRETENSÃO DO ADMINISTRADO PARA PLEITEAR DIREITO NA VIA ADMINISTRATIVA	788
6.2. DA PRESCRIÇÃO DE AÇÕES JUDICIAIS DO ADMINISTRADO CONTRA O PODER PÚBLICO	789

6.3. PRAZOS EXTINTIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA TUTELAR DIREITO OU INTERESSE NA VIA ADMINISTRATIVA	792
6.4. PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES JUDICIAIS CONTRA O ADMINISTRADO	794
6.5. COISA JULGADA ADMINISTRATIVA	797
BIBLIOGRAFIA.....	799